



ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: espacialização e territorialização do MST no espaço agrário paraibano

Juliane Fernandes de Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba

Edvaldo Carlos de Lima

Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

O presente artigo tem como proposta analisar e compreender os movimentos sociais do campo no espaço agrário paraibano, no caso o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra, fazendo uma análise da espacialização e territorialização do movimento o qual estamos estudando. Nessa perspectiva analisaremos a gênese do MST, os processos que ele desenvolve os espaços que constroem e os territórios que dominam. Como também as diversas modificações nas relações de trabalho no campo, devido à subordinação da agricultura a indústria, ocasionando a expropriação e expulsão do trabalhador rural. Nossa metodologia foi fundamentada em levantamentos bibliográficos, colóquios junto ao orientador e trabalhos de campo como principal instrumento da pesquisa. Levando-se em conta que trata-se de uma pesquisa em andamento com apenas resultados parciais.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Espacialização; Territorialização; Trabalho no campo.

INTRODUÇÃO

Objetivamos neste trabalho analisar e compreender os movimentos sociais do campo no espaço agrário paraibano, no caso o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra, como também as influências geradas pelo capitalismo no mundo do trabalho no campo. Nessa perspectiva a importância de se estudar os movimentos sociais do/no campo é analisar e compreender a materialização do contexto da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Estado da Paraíba, como também os processos pelos quais os movimentos vivenciam e realizam suas ações políticas no espaço agrário paraibano.

Entendendo também que trata-se de um processo em escala nacional. Nessa perspectiva analisaremos a gênese do MST e os processos que ele desenvolve como também as diversas modificações nas relações de trabalho no campo,

devido à subordinação da agricultura a indústria, ocasionando a expropriação e expulsão do trabalhador rural.

Para fundamentar nossa pesquisa, nos apropriamos da análise históricogeográfica. Nossas reflexões teórico-conceituais sobre o presente trabalho foram baseadas a partir de autores que revelam essas temáticas, tais como: Fernandes, Moreira, Antunes, Thomaz Jr., Marx, Stedile entre outros, procurando analisar a realidade posta.

BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E PARAIBANA

A origem do latifúndio no Brasil ocorreu a partir do processo de ocupação do território por parte dos colonizadores em 1500. Que segundo, Stedile:

Esse território chamado de Pindorama era constituído e habitado por aproximadamente 5 milhões de pessoas contidas em mais de 200 povos primitivos e indígenas, (...) onde a propriedade da terra não era privada e sim coletiva. (STEDILE, 2003, p.01).

Com a chegada da Coroa Portuguesa ocorreu uma ruptura no uso coletivo da terra.

O ponto inicial da questão agrária paraibana é fixado na formação do espaço colonial brasileiro, alicerçado nos latifúndios improdutivos, a partir das capitânias hereditárias e as concessões das sesmarias pelos colonizadores. De acordo com Stedile:

A primeira forma de distribuição de terra foram as Capitânias Hereditárias, concessão de uso em que a Coroa destinava grandes extensões de terra a donatários amigos e prestadores de serviços à Coroa. Esse processo de distribuição seguiu-se durante todo o tempo da colônia, em que em troca de favores à Coroa, ou pelo fato de possuírem título de nobreza, algumas pessoas recebiam extensões de terra, em concessão de uso, para exploração (STEDILE, 2003, p. 01).

O que consolidou também a concentração fundiária brasileira foi à Lei de Terras de 1850, a mesma implantou no país a propriedade privada, ou seja, a posse da terra era obtida somente através da compra, transformando-a em mercadoria de uso e troca. Toda essa formação territorial acabou favorecendo o domínio e o

controle da propriedade da terra nas mãos de uma minoria social, justificada pelo poder político e econômico. Esse formato configurou o sistema latifundiário no Brasil, que se encontra presente até os dias atuais.

A questão agrária paraibana é resultado desse longo processo. Desde o começo da colonização o espaço agrário paraibano tem se formado em um espaço de exploração. A divisão regional do trabalho no espaço agrário paraibano se caracterizou na cultura canavieira, pecuária extensiva e policultura, respectivamente nas microrregiões da zona da mata, agreste e sertão. A cana e a pecuária foram as principais responsáveis pela expropriação maciça do trabalhador rural.

Segundo Moreira e Targino (1997, p. 279-280), tem-se observado nas últimas décadas, uma organização crescente dos trabalhadores rurais como forma de resistência e exclusão do processo de geração e/ou apropriação da riqueza gerada no campo. Lutando contra a exploração/expropriação/expulsão e por melhores condições de vida.

É por meio da resistência e da luta da classe trabalhadora que se manifestam os processos de democratização na distribuição das terras públicas e latifúndios improdutivos. Nesta perspectiva a luta via ocupação de terras em forma de acampamentos, que esses trabalhadores e trabalhadoras tentam obter uma qualidade de vida condizente com o seu trabalho. Assim como a conquista dos seus direitos de acesso à terra e outros espaços. Neste contexto está explícito a realização da Reforma Agrária Estrutural¹. Tendo em vista uma tipologia de organicidade que contempla o conceito de movimento social discutido por Maria da Glória Gohn. A autora afirma que:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um novo campo político de força social na sociedade civil. Eles se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o

¹ O conceito de Reforma Agrária Estrutural é entendido aqui pela proposta de José Gomes da Silva. Segundo o autor, trata-se de uma política pública que se aproprie de um processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo Governo Federal, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política. (37-38).

movimento, a partir dos interesses em comum. (GONH, 2000, p 251).

Neste sentido entendemos que o que está posto teoricamente por GONH é repleto de significados para o movimento que analisamos principalmente no tocante às disputas por terra vivenciadas pelo grupo de trabalhadores que acompanhamos ao longo da pesquisa nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. É por este e outros atributos que o MST se consolida e caracteriza o seu surgimento enquanto movimento de expressão nacional e internacional.

De maneira geral os movimentos sociais no campo surgiram a partir das lutas dos trabalhadores rurais expulsos da terra. Dentre estas categorias comparecem os meeiros, posseiros, e arrendatários que foram expropriados da terra, ou seja, socialmente excluídos pelo modelo de desenvolvimento conservador do espaço agrário brasileiro. Os trabalhadores rurais que lutavam contra a territorialização do capital (desenvolvimento conservador), passaram a contar com o apoio do MST, a partir de 1989.

BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO MST NO BRASIL E NA PARAÍBA

A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a exploração, expropriação e o trabalho assalariado. O movimento começou a ser formado no Centro-Sul do país, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul.

Essa foi uma das gestações que resultaram na formação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim, a sua gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos (Fernandes, 2000, p. 50).

Entre 1979 e 1984 o movimento teve as suas primeiras experiências de ocupação de terras, no entanto, só no ano de 1984 que o movimento foi fundado, no Primeiro Encontro Nacional, realizado na cidade de Cascavel, no Estado do Pará. Tornando-se um herdeiro ideológico de outros movimentos de base camponesa, desde o período da colonização.

Segundo Fernandes (2000, p.49) o MST é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro, tendo a sua formação iniciada num espaço social conquistado pelas diversas experiências das lutas populares, tanto do campo como da cidade. Ao longo dos anos de 1985 a 1990 o MST foi se instalando nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e parte da Amazônia.

O MST se encontra territorializado em 24 estados brasileiros e divididos em frentes que lutam cada uma por um objetivo necessário para uma Reforma Agrária verdadeira, como educação, saúde, direitos humanos, entre outros.

No Estado da Paraíba, os trabalhadores encontraram dificuldades para criar o movimento, o movimento só é reconhecido no Estado no ano de 1989. Que Segundo Moreira e Targino:

Em relação à luta pelo retorno à terra, ela ainda nova no Estado e se caracteriza pela ocupação de imóveis por trabalhadores assalariados. Essa ação tem sido organizada pelo Movimento dos Sem Terra, atuando na Paraíba desde 1989 e pela Comissão Pastoral da Terra. Ocupado o imóvel, barracas são levantadas, a terra é preparada e um grande roçado é plantado em mutirão. Surge assim o “acampamento” (Moreira e Targino, 1997, p.280-281).

A primeira ocupação foi realizada na Fazenda Sapucaia, no município de Bananeiras. Outras ocupações foram surgindo como a ocupação da Fazenda Maniçoba, no município de Esperança, ocupando também uma área do governo destinada a pesquisa, o EMEPA. A partir de então ocuparam outra área do governo o Lar do Garoto, sendo novamente despejados. Em Ambas as ocupações os camponeses foram desarticulados.

O MST na Paraíba teve inúmeras dificuldades para entrar no Estado, dificuldades colocadas pelo próprio movimento, a partir de determinações feitas pela direção nacional, como também as relações conflituosas com CPT – Comissão Pastoral da Terra, e sobre tudo a atuação dos proprietários de terras.

Como podemos ver o MST nasceu no Estado da Paraíba em condições bastante conflituosas, como na maioria dos Estados brasileiro. Dessa maneira, as famílias que permaneceram contra a guerra do latifúndio conquistaram a terra e juntamente com elas o movimento que finalmente, conseguiu firmar suas raízes a partir de 1991, o MST da Paraíba, diante de toda ação e mobilização dos sem-terra, passa a ser bastante importante na agenda do movimento a nível nacional.

ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MST

De acordo com a proposta de Fernandes (2001) os movimentos sociais no campo devem ser estudados como categorias geográficas a partir de dois processos: o de espacialização e de territorialização. Ou seja, analisarmos pelos processos que desenvolvem (espacialização e territorialização), pelos espaços que constroem (acampamentos e assentamentos) e pelos territórios que dominam (território do latifúndio).

Os acampamentos são resultados das ocupações e são espaços de resistências da luta pela terra. Que segundo, Fernandes:

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de recriação ocuparam terra (...) os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta (Fernandes, 2002, p. 61).

As ocupações de terra são ações de acesso a terra nos processos de espacialização e territorialização, tendo a espacialização como processo fundamental para territorialização. Que segundo, Fernandes:

Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados do MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST (FERNANDES, 1996, p. 136).

Através de sua atuação crítica, de suas caminhadas, marchas, ocupações seguidas de acampamentos, essa materialização nos espaços do país faz com que o MST se espacializasse e territorializasse no espaço agrário paraibano, o MST produz espaço e domina territórios, passando a ser os principais sujeitos, no

enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela Reforma Agrária. Dando início ao processo de resistência sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, lutando sempre contra a exploração/expropriação/exclusão da classe trabalhadora².

PLASTICIDADE DO TRABALHO NO CAMPO

A questão sobre o trabalho que aqui colocamos não é apenas para entendê-la na prática laborial dos trabalhadores acampados e assentados. Teoricamente THOMAZ, JR., (2006) discute a categoria trabalho com muita qualidade, dando-lhe assim o real significado geográfico do conceito. Segundo LIMA (2010), isto é, uma categoria que, não somente torna-se o substancial para a produção do espaço agrário, mas contempla o espaço geográfico como um todo em suas territorialidades. Em tese os autores apontam um novo desdobramento do trabalho no espaço geográfico abarcando uma discussão recente sobre o mundo do trabalho. Para THOMAZ, JR., (2006) a plasticidade se expressa nos diferentes lugares do espaço, representando as diversas formas do trabalho, seja elas assalariadas ou não. Segundo o autor o trabalho vive um processo de plasticidade que abrange as diferentes formas de realização (...) sob a vigência da criação do valor e das formas de subordinação que ultrapassam as marcas do assalariamento clássico ou das realidades eminentemente proletárias, pois isso, é o que nos está possibilitando compreender o eixo central do conflito social e de classe que antepõe os interesses do capital e do conjunto dos trabalhadores, seja no campo ou na cidade". (THOMAZ JÚNIOR, 2006, grifo nosso).

Essas diferentes formas que o trabalho assume no processo de plasticidade, é outro importante componente do espaço agrário em conflito. É por meio desse e de outros processos de plasticidade que surgem os diversos desdobramentos contraditórios no interior dos movimentos sociais no campo.

Finalmente a busca pela sobrevivência material por meio do trabalho faz com que os trabalhadores com e sem terra submetam-se às mais precárias condições de vida e de trabalho nos espaços do capital sucroalcooleiro, seja no plantio, seja no corte da cana e em seus espaços de vivências cotidianas, o acampamento e o assentamento. É aí que se valoriza a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária no espaço agrário paraibano.

REFERÊNCIAS

² De acordo com Marx a classe trabalhadora é composta por aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001

_____. A formação do MST no Brasil. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 318 p.

GONH, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.

LIMA, Edvaldo Carlos de. Os movimentos sociais de luta pela Terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial. Unesp – Campus de Presidente Prudente-SP, 2006 (Dissertação de mestrado).

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa:Universitária, UFPB, 1997.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993 SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre território. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200p

SILVA, José Gomes da. A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento. Zahar Editores, 1971.

STEDILE, J. P. Latifúndio: O Pecado Brasileiro. www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/07/259755.shtml. Acesso em 29/09/10. Retirado do artigo Latifúndio: o pecado agrário brasileiro.

THOMAZ JR., Antonio. Por Trás dos Canaviais, os (ós) da Cana. (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: USP, 1996, 439 p. (Tese de Doutorado).

Contato com o autor: juliene.gba@gmail.com, edvaldo.edvlima@gmail.com

Recebido em: 08/10/2012

Aprovado em: 25/11/2012